

#6

DIFERENCIAL

JORNAL DOS ESTUDANTES DO IST

Edição de Inverno

SUSTENTABILIDADE NA CIDADE DE LISBOA

- Crónica do Bombarda - pág. 3 •
- Obrigada, Sr. Turismo - pág. 4 •
- Sufoco do Turismo: O mais recente fado de Lisboa? - pág. 5
- Entrevista: Prof. Fernando Nunes da Silva - pág. 7 •
- Hortas comunitárias - pág. 12 •
- AOLX - pág. 14 •



O ano que agora termina não se vai sem nos deixar algumas questões em que pensar. Incêndios de norte a sul do país fizeram mais de uma centena de mortos e 500 milhões de euros em prejuízos, a ausência de chuvas fez do período de Abril a Novembro o mais seco desde 1931, mais de 20 milhões de turistas visitaram Portugal alterando significativamente a oferta de serviços básicos a preços acessíveis para o comum português.

O Diferencial despede-se de 2017 com uma reflexão sobre a sustentabilidade. Pretende-se apresentar uma edição que, não se vinculando a opiniões unilaterais, analise factos e argumentos para atear a discussão acerca de temas que consideramos os mais prementes para que a existência duradoura, próspera e para todos, seja sustentável aqui, na cidade. Uma reflexão sobre o apreciável impacto do turismo tenta dar ao leitor uma perspectiva em números da situação actual da cidade de Lisboa. Na mesma linha surge uma crónica de um estudante acerca da enorme provação que é encontrar um quarto onde viver nos dias que correm e uma entrevista à Assembleia de Ocupação de Lisboa.

Esta última consiste numa iniciativa por parte de um grupo de pessoas descontentes com o estado actual do direito à habitação, que pretendem “aprofundar o debate crítico sobre a cidade e as suas transformações” por meio da ocupação de um edifício em Arroios.

Do lado da alimentação sustentável - em si um acto político - trazemos à mesa de discussão o tema das hortas comunitárias em meio urbano, analisando o exemplo de sucesso da horta da Faculdade de Ciências e os princípios que regem a permacultura.

._Miguel Duarte

DIREÇÃO.

Afonso Anjos, Francisco Moreira de Azevedo e Inês Mataloto.

REDAÇÃO.

Afonso Anjos, Ana Glória Cruz, Ana Lúcia Tiago, Ana Sofia Carmo, Beatriz Coelho, Bernardo Leite, Francisco Moreira de Azevedo, Inês Mataloto, Joana Brito, Miguel Duarte, Miguel Ferreira e Miguel Martinho.

REVISÃO.

Ana Glória Cruz, Ana Lúcia Tiago, Ana Sofia Carmo, Inês Mataloto, Madalena Theriaga e Miguel Martinho.

GRAFISMO E EDIÇÃO GRÁFICA.

Afonso Anjos, Madalena Antunes e Miguel Martinho.

IMAGEM DA CAPA

Estúdios Mário Novaes e Francisco Azevedo.

GESTÃO DE PLATAFORMAS ONLINE.

Francisco Moreira de Azevedo.

APOIOS



* - O Jornal Diferencial é escrito ao abrigo do Novo Acordo Ortográfico, mas, conforme a escolha de cada redator, os artigos que não seguirem essa regra serão assinalados com um asterisco no subtítulo.

O VELHO DO RESTELO

Antes do GPS, percorrer caminhos desconhecidos era perigoso e por isso as pessoas avançavam lentamente, olhavam com calma para tudo e punham-se à escuta de barulhos suspeitos. Hoje, não há caminhos desconhecidos excepto os que levam ao futuro. Caminhar para essas bandas, onde o sinal de GPS se perde, requer que se recupere a cautela de outros tempos.*

Embora para muita gente ainda seja fascinante o canivete digital que traz no bolso, que permite encontrar facilmente o caminho para um restaurante ou jogar Angry Birds na casa-de-banho, aquilo que actualmente melhor representa o conceito de “inovação” é a inteligência artificial. Sendo ao mesmo tempo a melhor e a pior coisa do mundo, a inteligência artificial refere-se à possibilidade de as máquinas abandonarem a fiável dicotomia dos zeros e dos uns e a substituírem por uma linguagem mais sofisticada. O aparecimento da inteligência artificial colocaria as máquinas ao nível dos humanos, capazes não só de aprender, mas também de produzir conhecimento; tudo isso, associado a uma capacidade de processamento muito maior. Ao que tudo indica, ainda falta um bocado para isto se tornar realidade. Mas por enquanto não são só as grandes mentes do nosso tempo que estão a tentar reduzir a distância entre máquinas e seres humanos, humanizando as máquinas; também nós, as mentes menos brilhantes, estamos a fazer um esforço para reduzir essa distância, aproximando-nos cada vez mais das máquinas. Este esforço está patente no conjunto de grunhidos digitais que pululam nas redes sociais, o “local” onde se faz a comunicação e onde se discutem “as coisas”. Como é possível que a partir de um fórum onde as mensagens são limitadas aos 140 caracteres (agora 280), surjam decisões que são tomadas a sério sem que haja uma segunda discussão? Parece que daqui a pouco seremos nós a falar em zeros e uns: sim ou não, adoro ou detesto. Nessa altura, será porventura a inteligência artificial a tomar as decisões complexas, a ter as discussões difíceis.

Esta simplificação da discussão, esta redução do conteúdo, parece tornar-se regra geral a partir do momento em que a comunicação se tornou mediada por plataformas interessadas em manter o utilizador constantemente enfeitado. De todas estas plataformas, as mais bem sucedidas tiveram origem na costa oeste dos Estados Unidos da América, numa zona que ficou conhecida por Silicon Valley.

No âmbito do mini documentário “Segredos de Silicon Valley”, Jamie Bartlett entrevistou Sam Altman, o presidente da aceleradora Y Combinator. Altman é tido, entre os seus pares, como uma das pessoas que melhor consegue “ver o futuro”. Procurando tirar vantagem desta capacidade, Bartlett tentou entender como Altman via o futuro nesse momento. Altman, contido, respondeu dizendo que “a melhor maneira de prever o futuro é inventá-lo”. Mas quem está a inventar o futuro, quem tem opinião acerca da maneira como ele é inventado é um conjunto limitado de pessoas, que partilham o mesmo tipo de ideias, comungam do mesmo tipo de filosofia e são financiados pelo mesmo tipo de investidores. Perante isto, Bartlett avança: “mas então e se o progresso que esta comunidade homogénea [de Silicon Valley] está a criar não é o tipo de progresso [e o tipo de futuro] que as outras pessoas [fora de Silicon Valley] querem?”. Perante isto, Altman mostra-se desconfortável, e em jeito quase condescendente, avisa Bartlett de que tal abordagem - que Altman acaba por apelidar de “anti-progresso” - não é levada a sério por ninguém.

Este trecho de conversa faz lembrar o que dizia um personagem do livro “A Ponte sobre o Drina”, de Ivo Andric. No início do século XX, quando o caminho-de-ferro é construído na cidade de Visegrad, um dos seus mais velhos habitantes, desconfiado do rápido progresso que a região vivia, dizia “àqueles que se gabavam da rapidez com que agora podiam concluir os seus negócios e faziam contas ao tempo, ao dinheiro e ao esforço que tinham poupado, (...) que o importante não era saber quanto tempo um homem poupava, mas sim o que fazer com o tempo poupado. Pois quem o usasse para o mal, era melhor nem tê-lo. Tentava provar que o mais importante para um homem não era andar depressa, mas saber para onde ir e porquê, e que, bem vistas as coisas, a velocidade nem sempre era uma vantagem.”

*Este autor não escreve ao abrigo do novo acordo ortográfico

OBRIGADO, SR. TURISMO

As boas normas de conduta social são-nos inculcadas desde o tempo em que éramos crianças. Uma das principais continua a ser o respeito pelos outros, traduzido muitas vezes no uso da palavra 'Senhor(a)'. Decerto que o Turismo não é uma pessoa; contudo, pela sua importância e impacto na conjuntura atual em que vivemos, merece, no mínimo, a nossa maior atenção e consideração.

por Bernardo Leite

A Natércia acabou de nos informar que a proprietária quer vender o apartamento para fins turísticos... Vamos ter de sair até finais de dezembro!" – Certamente que agora estarão a pensar no contexto e na história por detrás desta citação. Eu, que gostaria de dizer que não tem nada que ver comigo, não o posso fazer. Em outubro passado, num dia que aparentava ser igual a tantos outros, informaram-me que teria de sair do apartamento onde residia. Motivo? O Sr. Turismo! A minha ex-proprietária tomou a decisão, sábia e lucrativa, de aproveitar o boom turístico que se vive atualmente em Portugal, especialmente em Lisboa, para vender o andar a uma empresa que depois o irá reabilitar e posteriormente arrendar. Como podem imaginar, receber este tipo de notícia em tempo de aulas não foi fácil. Ter de procurar quarto e fazer mudanças a meio do semestre, por entre testes e trabalhos, não é algo que se faça de bom grado. O pior é que tal como eu, deve haver outros tantos estudantes na mesma situação. Também eles obrigados a voltar ao tenebroso e difícil mundo que é o arrendamento em Lisboa.

Quando se começa a procurar quartos, recorre-se a todos os meios de pesquisa e mais alguns. Desde grupos no Facebook, passando pelos websites mais conhecidos, até aos anúncios na entrada do Central. Vale tudo na demanda por algo bom e barato. Porém, está cada vez mais complicado arranjar um quarto que não seja estupidamente caro e inacessível para o bolso do 'típico' estudante universitário. As rendas estão a aumentar de forma brutal e não há ninguém, ou melhor, nenhum órgão do estado que coloque um travão neste fenómeno. As consequências que daqui advêm não são, de todo, positivas. Principalmente quando um dos grupos mais afetados são os jovens estudantes. Desde que Portugal virou moda, a procura por casas tem crescido de forma anormal. E apesar de o mercado imobiliário tentar acompanhar esta nova tendência, não o consegue fazer ao ritmo necessário. Quando a procura é maior do que a oferta, os preços tendem a subir. Em Lisboa, a grande procura por arrendamento e compra de casa está a desencadear um boom imobiliário: mais prédios a serem reabilitados; mais senhorios a quererem alugar a turistas; e cada vez mais quartos e apartamentos a ficarem excessivamente caros. Não só seria pura ingenuidade afirmar que o turismo não está associado a esta tendência, como também seria uma clara injustiça culpabilizá-lo completamente.

O facto de Portugal dispor de uma cultura e clima invejáveis e de um povo marcado pela sua história, faz com que seja um destino muito apetecível. Porém, há que criar condições para que o Sr. Turismo não se torne prejudicial para quem vive no seu próprio país. Apesar de todos os benefícios que lhe são inerentes, não se deve dar primazia a este fenómeno sazonal. Principalmente quando o assunto incide sobre o arrendamento e compra de habitação. Não deveria haver uma maior preocupação com os jovens estudantes deste país? A grande maioria encontra-se deslocada das suas terras e vê-se obrigada a comportar custos incalculáveis com a habitação. Além disso, por que razão não existe um maior controlo sobre o valor das rendas face à qualidade da oferta? Chegou-se ao ridículo de os proprietários aumentarem a renda mensal aos inquilinos sem fazerem qualquer tipo de intervenção, melhoramento ou manutenção à casa. Aumentam o valor da renda simplesmente porque a cidade virou moda. Porque sabem que há quem pague valores mais exorbitantes para viver no mesmo espaço. Volto a afirmar: Portugal virou moda, é certo! Mas a quantidade de dinheiro que um estudante universitário tem na conta é o mesmo, não cresce com o turismo!

O arrendamento em Lisboa já não é o que era. O Sr. Turismo veio para ficar, pelo menos durante os próximos tempos. No entanto, por mais feliz que esteja com o crescimento económico que ele tem proporcionado, não posso dizer o mesmo sobre o seu efeito no mercado imobiliário. Os proprietários e as empresas não se podem esquecer de quem sempre esteve cá e de quem irá continuar a viver em Lisboa, mesmo quando a febre do Sr. Turismo passar. Somos nós, universitários. Podemos não ser tão ricos como os estrangeiros, nem proporcionar o lucro que eles proporcionam. Mas somos portugueses, somos estudantes a lutar por um futuro melhor, caracterizados por uma realidade financeira muito própria. **Não oscilamos com o tempo, permanecemos cá.**

SUFOCO DO TURISMO: O MAIS RECENTE FADO DE LISBOA?

Visitar Lisboa está na moda. A nossa capital atrai anualmente milhões de turistas, o que é extremamente benéfico para a economia do país e projeção do mesmo no contexto europeu e até mundial. Contudo, pode apresentar também impactos negativos em termos sociais e ambientais. Esta situação não se restringe apenas à cidade de Lisboa. Aliás, manifesta-se a níveis até mais preocupantes em várias cidades europeias.

por Ana Glória Cruz e Beatriz Coelho

VENEZA

Todos os dias dois tipos de inundações são testemunhados em Veneza: por um lado a água alta e por outro o turismo de massas, ambos proeminentes na Piazza San Marco, no centro histórico da cidade.

A quantidade de turismo em Veneza e as suas consequências para a população local são alarmantes e tudo indica que a cidade se encontra nos limites relativamente ao aporte de turistas. Os habitantes sofrem com o aumento do custo de vida da cidade, o congestionamento das ruas e a perda da identidade de Veneza, com o aumento do número de lojas de souvenirs em detrimento do comércio tradicional.

Em julho foi organizada uma manifestação que demonstrou o sentimento da população face a este fenómeno, a qual contou com a participação de 2 mil pessoas oponentes ao turismo de massas.

BARCELONA

“This isn’t Tourism, it’s an invasion”, “Tourists go Home” ou o mais direto “Fuck Tourists” são exemplos de mensagens espalhadas em murais na cidade de Barcelona, em zonas com alta afluência de turistas.

Também a capital da Catalunha já começou a mostrar sinais de rutura quanto à capacidade de acolher o número colossal de turistas e as manifestações contra visitantes já se tornaram significativas. Inflamados pelo aumento das rendas e pelo estrangulamento da circulação, fatores que



Mural em Barcelona

influenciam significativamente a sua qualidade de vida, iniciaram protestos e manifestações contra os efeitos negativos do turismo. Em janeiro deste ano surgiu “Occupy Las Ramblas”, manifestação onde cerca de 2 mil pessoas se reuniram numa tentativa de reivindicar a sua própria qualidade de vida enquanto habitantes da cidade. Movimentos como este são já recorrentes e o problema intensifica-se quando os mesmos se tornam verdadeiros atos de vandalismo. No último mês de julho, quatro homens encapuzados entraram dentro de um autocarro turístico de topo aberto, na cidade. Inicialmente, julgou-se que fosse um ataque terrorista, mas, momentos mais tarde, esclareceu-se o verdadeiro propósito do incidente: antes de fugirem, furaram os pneus do autocarro e escreveram nas janelas do mesmo: “El Turisme Mata Els Barris” (“O turismo mata os bairros”). Foram também reportadas janelas partidas em hotéis de cinco estrelas e a destruição de pneus de bicicletas usadas por turistas.

O número de visitantes e a turismofobia, como alguns já lhe chamam, crescem lado a lado, de mãos dadas, e é flagrante a necessidade de intervenção.

E LISBOA?

Não será difícil fazer um paralelo com Lisboa. Quer seja por morarmos, trabalharmos ou estudarmos na capital, um aumento desmesurado da afluência de turistas pode ter um impacto negativo para aqueles cujo quotidiano passa inevitavelmente por Lisboa.

É geral a opinião de que estamos a enfrentar um excesso de turismo, o qual já levantou algumas vozes de indignação relativamente à quantidade exagerada de viajantes e ao conseqüente aumento das rendas em certos bairros de Lisboa, tais como Mouraria, Alfama, Castelo, Baixa-Chiado, Príncipe Real ou Bairro Alto. Nestas zonas, os preços começaram a tornar-se insuportáveis para a população, à semelhança do que acontece nas outras cidades



Médias do número de turistas diários vs número de habitantes em 3 cidades europeias.

européias anteriormente mencionadas. No primeiro trimestre de 2017, o preço médio das rendas em Lisboa (T1/100m²) foi de 1030€, sendo o preço médio praticado na freguesia de Santa Maria Maior, que engloba as zonas do centro histórico, de 1280€. Este valor não só é superior à média de Lisboa, como também é o maior quando comparado com a média de outras freguesias. É preciso ter em conta que o valor do salário mínimo atual é de 557€ e o valor médio dos salários nacionais é de 650€, o que se traduz na incapacidade por parte da população em responder ao aumento dos preços das habitações, ocorrendo, por isso, o despejo de alguns habitantes.

Ainda que o número de visitantes diários em Lisboa seja bastante elevado, quando comparado com os valores de Veneza e Barcelona, o rácio Turista por Habitante é muito menor. Neste sentido, à primeira vista, somos tentados a julgar que Lisboa se encontra numa melhor situação e que não há motivo para alarme. Contudo, existem outros fatores a ter em conta.

De acordo com o estudo “Global Destinations City Index” da MasterCard, Lisboa foi considerada a 5ª cidade europeia cujo número de visitantes internacionais mais cresceu entre 2009 e 2016, com um aumento de 7,4% durante este período. Barcelona, por sua vez, apresenta um aumento de 6,7%, situando-se na 10ª posição, e Veneza nem sequer aparece referenciada no top. Este indicador revela que, contrariamente a Barcelona e a Veneza, que se encontram numa fase de maturidade relativamente ao número de turistas, Lisboa encontra-se agora em fase de crescimento e começa a destacar-se no contexto mundial como destino de preferência para muitos viajantes.

Relativamente aos níveis de revolta e manifestação nas 3 cidades, Barcelona mostra-se como a mais efusiva. O sangue quente dos catalães movimentou grandes protestos contra o turismo. Também

em Veneza, embora de forma mais pacífica, os manifestantes são em número considerável, especialmente tendo em conta a dimensão da cidade. Já em Lisboa, apesar de as vozes dos habitantes dos bairros mais afetados se fazerem ouvir, estas não adquiriram ainda o peso e a visibilidade conseguidos nas outras cidades.

A intervenção política em Portugal ainda não é muito notória, sendo que Lisboa não apresenta, por enquanto, medidas muito restritivas. Barcelona e Veneza são mais radicais. Podem fazer-se, contudo, alguns paralelismos. Numa tentativa de aliviar o congestionamento dos centros históricos, os autocarros turísticos foram proibidos de aí circular em Lisboa e em Barcelona. Em Veneza, planeia-se proibir a passagem de grandes navios de cruzeiro pelo Grande Canal, responsáveis pelo facto de a esmagadora maioria dos turistas nem sequer pernoitar na cidade, e fala-se até em restringir a quantidade de visitantes permitida na cidade, o que tem implicações polémicas, pois acaba por afetar a liberdade de circulação que vigora. As dificuldades de Veneza são algo diferentes por este ser um destino que particularmente atrai o turismo em massa, o que é especialmente grave tendo em conta a dimensão reduzida da cidade. No entanto, podemos concluir que nos três locais se tomam medidas parecidas, o que revela a semelhança das situações vigorantes nas cidades.

Não é difícil ler os indicadores e perceber que tudo indica que os fenómenos de crescimento continuem a aumentar e que, se não forem tomadas mais medidas de contenção, em breve também poderão ser noticiados em Portugal “ataques terroristas” antiturismo ou o êxodo em massa da população de Lisboa.

O turismo pode ser considerado uma faca de dois gumes: se por um lado é um fator de desenvolvimento económico e de destaque internacional do país, por outro pode sufocá-lo. No entanto, o seu futuro e, em particular, o futuro do turismo em Lisboa não tem de ser tão negro como o das outras cidades europeias. Para isso, será necessário alterar o paradigma do turismo para que a nossa capital não se torne naquilo que se prevê – uma ocidental loja fantasma de souvenirs barata.

É CONCORRENTEZA UMA CASA (À) PORTUGUESA

Nas eleições autárquicas de 2017 houve três assuntos em cima da mesa: turismo, habitação e transporte. De todos os debates e discussões surgiram alternativas, mas pouco esforço se dedicou a perceber, na realidade, o que resulta do turismo. O que representa o turismo? Quais as suas implicações na habitação? Será um problema novo ou repercussões de decisões passadas?

Sobretudo, será que Portugal, e em específico Lisboa, têm saldo positivo nesta balança?

por Afonso Anjos, Francisco Azevedo e Miguel Ferreira

O Diferencial foi falar com Fernando Nunes da Silva para clarificar o panorama geral da habitação e o turismo em Lisboa. Fernando Nunes da Silva concluiu o doutoramento em

Engenharia Civil no Instituto Superior Técnico (1992), onde também obteve a agregação na área de Urbanismo e Transportes (2000); esteve quatro anos na Câmara Municipal de Lisboa como vereador no pelouro de Mobilidade (2009-2013) e é atualmente professor catedrático de Estudos Urbanos e Planeamento Urbano no Instituto Superior Técnico.

Como em todos os fenómenos, existe sempre um passado associado ao presente e o turismo não é exceção à regra. Para desenhar medidas para o futuro é necessário ter em conta os fenómenos e experiência do passado, tanto de Lisboa como de outras capitais europeias.

Começando pelo início, para entender o que acontece hoje temos de recuar até ao século XX de modo a perceber o estado de Portugal e a sua evolução (e talvez descobrir que este problema tem raízes bastante mais profundas do que possa parecer à primeira vista).

PORTUGAL, A ECONOMIA E O RESTO DA EUROPA

Portugal, até meados do séc. XX, era essencialmente um país rural. Em 1950, 64,5% da população vivia fora de centros urbanos com mais de 10 000 habitantes⁽¹⁾. A contribuir para este cenário existia uma política económica protecionista do regime, que controlava com mão de ferro e limitava o investimento estrangeiro no país impedindo, dessa maneira, o desenvolvimento industrial de que o país carecia. “A política oficial era essa, aliás, Salazar dizia que não queria industrialização porque a industrialização significava operários e os operários eram comunistas”, diz-nos, entre risos, o Professor Fernando Nunes da Silva (FNS).

A história conhece um novo capítulo em 1960 quando Portugal, juntamente com o Reino Unido e os



Países Nórdicos, funda a EFTA - European Free Trade Association. Num acordo altamente vantajoso para Portugal, Salazar consegue manter a sua política protecionista, ao mesmo tempo que os mercados ricos do Norte da Europa se abrem a Portugal. Com efeito, o impacto da criação desta união é tão significativo para a economia portuguesa, que o peso do comércio externo e das exportações que em 1938, era de, respetivamente, 18% e 6%, sobe para 41% e 15% (acima da média da OCDE) em 1973 ⁽²⁾.

Em 1963, a produção industrial tinha ultrapassado, pela primeira vez na história, a produção agrícola. A juntar a este êxtase económico, dois fluxos populacionais atravessavam, nessa década, a Europa Ocidental: por um lado, trabalhadores do Sul que emigravam para Norte e, por outro, turistas do Norte que vinham passar férias ao Sul. Portugal não foi exceção. Efetivamente, em 1965, entraram em Portugal cerca de 1 milhão de turistas e, em 1966, saíram 120 000 emigrantes⁽³⁾ (sem contar com aqueles que abandonaram o país clandestinamente).

Estes movimentos populacionais influenciaram positivamente a economia de três modos: as receitas geradas pelo turismo, as remessas enviadas pelos emigrantes e o aumento dos salários, em

consequência da diminuição em 25% da população ativa⁽³⁾. Posto isto, não é de surpreender que entre 1960 e 1974, Portugal tenha registado taxas de crescimento económico superiores às da média da Europa Ocidental e tenha chegado a ser qualificado pelo Banco Mundial como <<um dos grandes sucessos de crescimento do pós-guerra>>⁽⁴⁾.

Pois bem, a acompanhar estes níveis de crescimento económico esteve também o crescimento da população urbana que, em 1950, nos distritos de Lisboa e Porto, significava 26,8% e, em 1970, era já 33,5% da população total⁽⁵⁾. É por isso que FNS nos diz que “a área metropolitana de Lisboa cresce sensivelmente 2% ao ano (...). No século XX não há conhecimento de países europeus em que as áreas metropolitanas tenham crescido tão rapidamente em 20 anos”

DO PROBLEMA DO CLANDESTINO AO PER DO GOVERNO DE CAVACO SILVA

“É nessa altura [entre 1960 e 1974] que os programas habitacionais do tempo de Salazar, as chamadas casas económicas, as casas da Fundação Salazar, não têm capacidade de resposta para este crescimento demográfico. Os próprios projetos que tinham sido desenvolvidos na altura como, por exemplo, o bairro de Alvalade ou os Olivais em que a política era de mistura de classes [começam a ser insuficientes]”. Com efeito, nestes bairros procurava-se criar várias tipologias que pudessem acomodar as diferentes classes, desde moradias para as classes altas a apartamentos de reduzidas dimensões para as classes baixas que incluíam os insolventes e as pessoas com baixos rendimentos.

«O peso do comércio externo e das exportações que em 1938, era de, respetivamente, 18% e 6%, sobe para 41% e 15% (acima da média da OCDE) em 1973.»

Nesses bairros, “viviavam os empregados das outras classes, as empregadas domésticas, as pequenas mercearias, as pequenas oficinas de automóveis. (...)”.

Mas, mais uma vez, o aumento da pressão habitacional devido ao enorme fluxo migratório para a região da Lisboa, não era capaz de ser absorvido pelas habitações disponíveis nestes bairros. “Portanto, (...) a solução que a população encontrou foi: barracas para um lado, para aqueles que eram muito pobres, e para quem ainda tinha alguma coisa, o clandestino.”

«Posto isto, não é de surpreender que entre 1960 e 1974, Portugal tenha registado taxas de crescimento económico superiores às da média da Europa Ocidental»

E foram, na verdade, estes os principais problemas ao nível da habitação na cidade de Lisboa durante a segunda metade do século XX. O clandestino que “é uma construção em terreno não urbanizado e de uma forma ilegal” é explicado, em parte, pelas circunstâncias bastante lucrativas para ambas as partes, nas quais o proprietário vendia “o terreno entre 2 a 4 vezes mais caro que o valor agrícola, mas sensivelmente entre 10 a 20 vezes mais barato que o mesmo valor urbano naquela zona”

Era este, portanto, o cenário fértil em que florescia o clandestino, e foi este fenómeno que “absorveu praticamente um quarto do fluxo migratório para a área metropolitana de Lisboa entre 1960 e 1980”. O Sul do Tejo, em 1966, depois da construção da ponte, e o Pote d’Água, a norte, a partir de 1974/75, com os retornados do Ultramar, são dois exemplos flagrantes de extensas zonas de loteamento ilegal e que ainda hoje estão a ser resolvidas.

Não obstante, os esforços encetados pelo Estado Novo no âmbito da habitação no tempo de Marcelo Caetano procuraram, se não resolver, remediar este problema. Este esforço é sobretudo mais notório quando o regime assume que “o papel do Estado era apenas para as classes insolventes”, criando mecanismos como o Fundo de Fomento à Habitação (FFH) que se propõe construir mais de 50 000 fogos para habitação social ou congelando as rendas o que, malogradas as boas intenções, acabou por parar o investimento no mercado de arrendamento.

No entanto, até à revolução de 1974, este foi mais

sair da crise económica e financeira [...] - a partir de 2014 já há sinais nesse sentido - há dois erros nesta estratégia: o primeiro é que o património da câmara era colocado no mercado sem qualquer tipo de restrição” e o segundo tem que ver com a necessária resposta à “grande procura orientada para o mercado turístico”, resposta essa que deveria ter feito “a câmara automaticamente [...] [mudar] a sua posição”.

Além disto, a EPUL [+], que tinha capacidade de intervenção no mercado e constituía uma solução relativamente ao alojamento da classe média, foi encerrada no final de 2014. “E, portanto, no fundo [a câmara] ficou completamente na mão do mercado especulativo e em vez de ter reorientado a sua política [...] fez o contrário, quis beneficiar deste boom imobiliário para também ganhar com isso.”

BOOM TURÍSTICO - QUANDO E PORQUÊ?

“O boom turístico tem que ver fundamentalmente com duas ou três coisas”. “Os grandes investidores estrangeiros aqui [em Portugal] eram espanhóis, ingleses ou nórdicos”, mas atualmente verifica-se um aumento de investidores franceses e alemães. Estes novos investidores, que no passado faziam as suas férias no norte de África, abandonam esses mercados turísticos após o período de instabilidade política vivido nessa zona, a chamada Primavera Árabe, entre dezembro de 2010 e dezembro de 2012.

“A Itália e a Grécia já tinham turismo muito forte e os preços muito mais altos. Nós [i.e. Portugal] tínhamos fundamentalmente o Algarve e, portanto, esta zona de Lisboa é uma descoberta.” Com os preços comparativamente mais baixos que outras zonas turísticas, Lisboa, dadas as condições do mercado turístico nessa altura, torna-se magnética para investidores que, até então, nunca haviam olhado para a cidade como potencial destino turístico.

Aliado a isto tudo verificou-se que, desde 2009, os indicadores do turismo mundial subiram, e Portugal não ficou de fora dessa tendência. De acordo com dados do Banco Mundial, o número de pessoas a fazer turismo fora do país onde residem subiu aproximadamente 50 milhões por ano desde 2009 até 2015. Associado a este aumento, começou a tornar-se mais popular um novo tipo de alojamento, a chamada hospedagem domiciliar, cuja face mais conhecida é a plataforma AirBnB - fundada em 2008.

Um dado interessante é-nos dado pelo número de pesquisas feitas em Portugal do termo “airbnb” na

plataforma de pesquisa Google. Desde 1 de janeiro de 2013 até 31 de dezembro de 2016, desconsiderando as variações sazonais, houve um aumento consistente da popularidade do termo o que, de um modo mais ou menos seguro, podemos correlacionar com o aumento da utilização da plataforma no país.

«O número de pessoas a fazerem turismo fora do país onde residem subiu aproximadamente 50 milhões por ano desde 2009 até 2015»

Esta inferência inocente é reforçada pelo estudo de mercado realizado pela plataforma bnbLord onde se diz que houve «um forte crescimento do número de anúncios criados em Lisboa. Em 2012 existiam apenas 794, já em Março de 2017, 12 000 anúncios criados». E este tipo de arrendamentos “é de tal modo rentável que acabam por ser edifícios inteiros a ser reabilitados para serem colocados no mercado como apartamentos” de arrendamento de curto prazo ao invés do arrendamento de longo prazo.

A RESPOSTA AO BOOM

“Se a câmara tivesse antecipado as consequências do [aumento da pressão turística em Lisboa] - e havia condições para isso, porque isto já tinha acontecido em outros países”, não teríamos chegado à situação atual. Particularmente, se se tivesse aproveitado os dividendos resultantes da “venda dos terrenos do aeroporto ao Estado”, em 2012, e da introdução da taxa turística em 2015, que deram origem a “uma folga de investimento”, teria sido possível “que a câmara até recuperasse uma parte do seu património para entrar no mercado a criar uma alternativa”. Contudo, “a câmara de Lisboa não fez nada, pelo contrário, incentivou e foi um bocado de um liberalismo total [...] e, portanto, aí as consequências foram graves.”

Mas “eu acho que as últimas eleições foram muito importantes porque todos os partidos [...] perceberam que estamos numa situação crítica e neste momento a câmara já está a pôr em cima da mesa programas que vão contrariando esta tendência.” Por outro lado eu

também penso que há uma maior perceção por parte também do governo que é preciso alterar o sistema fiscal relativamente ao alojamento local e favorecer - isso é uma das coisas que tem vindo a ser dita pelo primeiro ministro - os arrendamentos de longa duração. E, portanto, a partir daí eu acho que vamos começar a criar condições para o próprio mercado ser mais diversificado.” Contudo “vai demorar bastante tempo. Isto é uma questão para uma década.”

“Portanto eu acho que aqui os benefícios são inegáveis, não se tinha tido a reabilitação que houve, não se tinha tido o emprego que houve, não se tinha tido o crescimento económico que houve se não fosse isso, isso é indiscutível, a questão é de diversificar e sobretudo não deixar que, em particular nas cidades, isso [o turismo] se transforme no uso dominante da própria cidade. E há maneira de o fazer, quer dizer, com medidas restritivas de um lado, com medidas alternativas por outro, é possível. Agora, são opções.”

Neste momento, há dados que indicam uma clara intenção por parte da câmara municipal de Lisboa no

«Atual processo de registo dê lugar a um processo de autorização com critérios a definir pelos municípios»

sentido de resolver o problema da sustentabilidade do turismo na cidade. Prova disso é a declaração de intenções da câmara municipal no acordo firmado entre PS e BE ⁽⁸⁾, onde se menciona, entre outras coisas, que se irá <<propor alterações ao enquadramento legal do Alojamento Local para que o atual processo de registo dê lugar a um processo de autorização com critérios a definir pelos municípios>>, que se irão <<iniciar de imediato o estudo técnico para definição de capacidades máximas de alojamento local por zona da cidade para assegurar a multifuncionalidade dos bairros, em particular, nas zonas históricas>> e que se irá <<criar um gabinete municipal de fiscalização do Alojamento Local e Turismo Habitacional que atue de forma rápida perante queixas de moradores e retire licenças em casos de comprovada infração com reincidência>>.

Embora o cenário neste momento não seja tão

animador como poderia ser, a verdade é que a história de Lisboa mostra que esta já enfrentou várias crises de flutuações populacionais, e embora tenha havido muitas mais boas intenções do que ações concretas para as mitigar, a acusação que amiúde se ouve de que a cidade não soube reagir a essas crises não é inteiramente verdade. Quando muito, na maioria dos casos, a reação foi retardada e, nos piores, pecou por ser fora do prazo.

Para os atuais problemas da cidade fazemos apenas figas para que as soluções a serem apresentadas venham ainda em tempo útil. Da nossa parte, fica a promessa de revisitarmos este tema num futuro próximo para tomar o pulso à situação e escrutinar aquelas que terão sido, até aí, as intenções que passaram do papel e dos discursos à prática.

Porque achamos que a experiência numa faculdade não é feita apenas pelo que se aprende nos bancos dos anfiteatros, gostaríamos, por último lugar, de agradecer ao Professor Fernando Nunes da Silva pela sua amabilidade em conceder-nos esta entrevista e por, desta forma, ter contribuído, nem que seja com um grão de areia, para esta praia de vistas largas que é o espírito crítico.

[+] - A Empresa Pública de Urbanização de Lisboa (EPUL) era uma empresa urbanizadora, cuja principal missão consiste em auxiliar a Câmara Municipal de Lisboa através do desenvolvimento urbanístico de grandes áreas da cidade, da promoção imobiliária e da realização de projetos estruturantes de reabilitação ou renovação urbana; foi dissolvida e encerrada no dia 31 de dezembro de 2014.” (via Wikipédia)

Referências Bibliográficas:

⁽¹⁾Ramos, R., Sousa, B. V. E., & Monteiro, N. G. Ramos, 2009, História de Portugal, Lisboa, A Esfera dos Livros - p. 689

⁽²⁾Idem - p. 687

⁽³⁾Idem - p. 688

⁽⁴⁾Álvaro Cunhal, A Revolução Portuguesa, Lisboa, 1976, p. 129.

⁽⁵⁾História de Portugal, p. 689

⁽⁶⁾Análise Social, 206, XLVIII (1.o), 2013, p. 139

Cachado, R. A., O Programa Especial de Realojamento. Ambiente histórico, político e social

⁽⁷⁾Decreto-Lei n.º 163/93 de 7 de maio dr, i Série - a n.º 106 07-05-1993, p. 2381

⁽⁸⁾<http://www.esquerda.net/sites/default/files/acordocmlisboa2017.pdf>

HORTAS COMUNITÁRIAS

Usualmente localizadas em parques urbanos e outros espaços verdes, são talhões de terreno disponibilizados pela autarquia aos munícipes, visando a prática de horticultura.

por Joana Brito

As primeiras hortas comunitárias da Área Metropolitana de Lisboa nasceram em 2009, na freguesia de Cascais e Estoril. Contavam-se em 2014 mais de 1372 talhões disponibilizados para esse fim em 11 concelhos da Grande Lisboa. Para esta contagem não foram consideradas hortas urbanas improvisadas pelos cidadãos em pedaços de terreno inutilizados (estima-se que estas sejam mais de 70 200).

Também o Porto continua a alargar a sua rede de hortas municipais. O projeto “Horta à Porta”, em parceria com a Lipor (entidade responsável pela gestão de resíduos urbanos produzidos no Grande Porto), disponibiliza talhões de terreno a particulares interessados em desenvolver agricultura biológica para consumo próprio.

Para trabalhar numa horta comunitária é obrigatório, usualmente, receber formação acerca de produção agrícola em modo biológico e compostagem. Água e ferramentas, ou um local onde as guardar, são disponibilizados gratuitamente pela Câmara Municipal.

Uma outra iniciativa no âmbito do aumento do número de hortas municipais é a parceria desenvolvida entre a AgroBio, Associação Portuguesa de Agricultura Biológica, e a Câmara Municipal de Loures, que consiste na transformação de terrenos municipais, não urbanizáveis, em hortas biológicas empresariais. São hortas de média/grande dimensão destinadas a munícipes que queiram fazer negócio. A contribuição da AgroBio consiste na sensibilização de autarquias para disponibilizar os talhões de terreno e no desenvolvimento de mercados semanais nos quais os produtos podem ser vendidos. O objetivo do concelho, para além de apostar numa produção agrícola sustentável, é complementar rendimentos dos habitantes da região.

Numa tentativa de descobrir mais sobre o funcionamento de hortas comunitárias, o Diferencial contactou Ana Catarina Narciso, uma das colaboradoras mais assíduas da Horta da FCUL (Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa).

Quando a Horta nasceu, por iniciativa dum grupo

de alunos da FCUL, o projeto não foi levado a sério e desenvolveram-se alguns conflitos com o conselho diretivo da universidade. Ilustrando bem o seu espírito expedito, os alunos adotaram a estratégia de enviar, mensalmente, um cabaz com os produtos da Horta ao diretor da FCUL da época. Esta atitude mereceu-lhes um pedido de desculpas público e o apoio incondicional da direção da faculdade até aos dias de hoje. E talvez seja exatamente graças a esta postura perante adversidades que, 9 anos volvidos, a Horta ainda se mantém a funcionar, com taxas de sucesso de plantação elevadíssimas.

Visando a sustentabilidade, a Horta funciona segundo um sistema de permacultura. Desde o seu surgimento em 1978, o termo foi expandido em significado de modo a englobar alguns valores sociais, indispensáveis a um sistema verdadeiramente sustentável, assentando agora em três princípios base.

Cuidar da Terra

Tal como o nome indica, permacultura é um sistema agrícola que consiste em culturas permanentes, conseguidas através da exploração de características naturais dos ecossistemas, como a consorciação entre culturas de plantas compatíveis. Isto requer algum planeamento e estudo das características envolventes do terreno onde a Horta funciona e das plantas que lá se pretende desenvolver, até para permitir aos seus colaboradores conciliar a sua vida profissional com o projeto. Por exemplo, a rega é feita por um sistema gota-a-gota, evitando uma obrigatoriedade de presença diária.

Cuidar das pessoas

Nas palavras de Catarina Narciso, “A ideia é que a Horta não seja mais uma obrigação na vida das pessoas”, mas sim um espaço de partilha e enriquecimento pessoal. Qualquer um se pode tornar colaborador da Horta, independentemente do seu curso, faculdade ou ocupação, e até país. Não há dúvida que a lealdade e empenho dos colaboradores são um motor importantíssimo para garantir o sucesso desta Horta. Há inclusivamente membros que já têm

uma carreira e família estabelecidas, como David, um dos fundadores. Aluno de doutoramento e pai, David continua a dedicar ao projeto todas as suas quartas-feiras, dia em que se realiza o Dia de Trabalhos, um momento semanal em que qualquer pessoa, mesmo que não seja participante regular, pode pôr as mãos na terra e ajudar com as tarefas da Horta.

O Dia de Trabalhos é só mais um dos inúmeros eventos organizados pela Horta. Vários desses consistem em colaborações com outras entidades, como escolas, dando workshops sobre variados temas, sendo alguns exemplos Introdução à permacultura ou Design sustentável. A ideia mais recente é uma parceria com a Santa Casa da Misericórdia para explorar os benefícios da horticultura em pessoas diagnosticadas com perturbações mentais.

Alguns destes eventos, em conjunto com financiamentos obtidos da própria faculdade e com algum lucro obtido da venda, por um preço simbólico, dos seus produtos, garantem a sobrevivência material da Horta.

Partilhar os excedentes de forma justa

Todos os produtos recolhidos da Horta são aproveitados. Para além de consumo próprio dos horticultores, foram encontradas pelos colaboradores diversas formas de realizar o seu escoamento. Os legumes são quase integralmente utilizados para fazer sopa, que é vendida por 0.50€ no Dia De Trabalhos. As ervas aromáticas compõem uma Banca da Dádiva, que funciona segundo um sistema de Donativo Consciente, ou seja, cada pessoa que leve uma planta paga o valor que achar justo por ela.

Para minimizar o desperdício, os produtos da Horta que não se desenvolveram corretamente e não podem ser consumidos são transformados num vermicompostor, tipo particular de composto que utiliza variadas espécies de vermes para decompor a matéria orgânica, de modo a permitir o seu reaproveitamento.

A Horta da FCUL distingue-se do conceito corrente de horta comunitária pela sua forte componente científica, desenvolvida sobretudo num espaço chamado PermaLab, onde é permitido aos alunos realizarem experiências científicas no âmbito do desenvolvimento de teses, etc. Mesmo assim, a harmonia de funcionamento conseguida serve no mínimo de inspiração a

algumas conclusões mais gerais sobre esta forma de agricultura.

Se for dedicado algum tempo de reflexão à melhor forma de otimizar quatro fatores chave – dedicação dos horticultores, design da Horta, divulgação do projeto e financiamento regular – uma horta comunitária terá boas hipóteses de se manter a funcionar durante largos períodos de tempos. Apresenta-se assim uma alternativa sustentável à agricultura tradicional que permite, em adição, o aproveitamento de terrenos urbanos e a criação de espaços verdes na cidade, oferecendo alimentos saudáveis a preços baixos. Mas muito mais do que um espaço de trabalho, as hortas comunitárias representam espaços de convívio, lazer e aprendizagem para os seus colaboradores.

Mais informações em: <https://www.facebook.com/hortafcul/>



Colaboradores da Horta no dia de trabalhos. Fotografia por Tiago Dias.

AOLX

Em Setembro, “um grupo de pessoas, sem qualquer filiação institucional, unidas pela vontade de dar vida a um imóvel abandonado” ocupou o número 69 da Rua Marques da Silva, um prédio camarário que se encontrava devoluto. São a Assembleia de Ocupação de Lisboa (AOLX) e pretendem chamar a atenção para a problemática da crescente insustentabilidade do mercado habitacional na cidade, não só retirando a casa “das malhas da especulação” como também fazendo “dela um espaço de usufruto social, seja habitacional, educativo ou cultural”. Têm efectuado obras de recuperação no prédio e dinamizado várias acções para angariar fundos e dar visibilidade ao projecto junto da vizinhança, mostrando que ocupar também é cuidar, convidar, conviver, partilhar e debater. O Diferencial falou com a AOLX para saber mais sobre o projecto.

por Ana Lúcia Tiago e Miguel Duarte

O que é que motivou a criação da AOLX?

A Assembleia de Ocupação de Lisboa (AOLX) surge numa altura em que Lisboa sofre brutais transformações político-financeiras que reflectem alterações profundas dos modos de vida na cidade, como por exemplo na dificuldade de acesso a casas, na segregação e higienização do espaço urbano ou no processo de gentrificação, que já começou em vários pontos da cidade, com a especulação não só do preço das casas como de bens de consumo, preço esse que não é acompanhado por melhores ordenados ou condições de vida. A cidade tem-se tornado cada vez menos acessível a quem não tem poder monetário. Foi pela crítica a este processo de mercantilização da cidade e no desejo de reivindicar o direito à habitação e à cidade, que um grupo de pessoas se reuniu e começou a desenhar colectivamente esta ocupação, como forma de resistência aos mapeamentos do território que o poder e o capital nos impõem.

De que modo se deu a ocupação e porque é que se escolheu o 69 da rua Marques da Silva?

Antes de a casa estar ocupada, um grupo de pessoas reuniu-se com a intenção de dinamizar o projecto da AOLX. Elencou alguns prédios devolutos na cidade de Lisboa e, dessa lista, procurou identificar os que seriam propriedade da Câmara Municipal de Lisboa (CML). Focámo-nos em edifícios pertencentes à CML, pois, para além de esta ser uma das principais proprietárias de imóveis da cidade, os edifícios a esta pertencentes tratam-se de património público em desuso, pelo que de alguma forma devem ser devolvidos e utilizados pela comunidade. De uma lista do ano de 2009, dos 11 edifícios identificados como propriedade camarária apenas 2 continuavam a pertencer à CML. O nº 69 da Rua Marques da Silva

afigurou-se-nos o que tinha melhores condições para avançarmos.

A situação do mercado de habitação em Lisboa actualmente não é sustentável. Há uma grande quantidade de lisboetas que se vê forçada a abandonar a cidade devido à subida astronómica dos preços praticados. De que modo consideram que a assembleia contribui para contrariar esta tendência?

A AOLX surge como uma forma de reivindicar o direito à cidade pelas pessoas que, como nós, cá vivem. O problema do direito à habitação e à cidade não passa apenas por as pessoas serem obrigadas a deslocar-se para as periferias, mas também pela dependência das periferias para com os grandes centros urbanos, onde existe maior concentração de capital e recursos e, consequentemente, mais postos de trabalho e outro tipo de equipamentos. Esta relação de poder não existe apenas entre as cidades e periferias mas também numa outra escala, por exemplo a nível nacional, onde as zonas urbanas detêm maior concentração económica em comparação com zonas rurais. Temos noção de que a AOLX não resolverá nenhum destes problemas. No entanto, o nosso objectivo passa também por mostrar que é possível construir alternativas, não só em Lisboa como noutros sítios.

Porque escolheram a ocupação como método?

Passamos a citar um excerto do primeiro manifesto da AOLX: “A ocupação de imóveis abandonados desde sempre consistiu numa tática de apropriação pública dos espaços retirados ao usufruto colectivo. Ao longo das últimas décadas, pelo mundo fora, surgiram inúmeros movimentos sociais estruturados à volta da possibilidade de ocupar. Para habitação,

para criação de equipamentos culturais, para usufruto comum. Em Portugal, o movimento sempre foi demasiado marginal, mas isso não significa que não seja possível conceber a possibilidade de um movimento vasto e organizado de ocupações em resposta ao avanço da especulação imobiliária e à neoliberalização da cidade.”

Que objectivos têm a longo prazo como Assembleia?

Existem várias ideias que estão a ser pensadas, ainda em processo de construção. Algumas das hipóteses incluem a possibilidade de um dos andares servir de base a um movimento sobre habitação e ocupação em Lisboa e os restantes andares poderem vir a ser espaços de habitação temporária que procurem responder a situações urgentes de habitação. Pretendemos também que um dos andares seja de uso comum para actividades abertas à comunidade. Neste momento temos como prioridade as obras na casa, para criar as condições necessárias para materializar estas ideias.

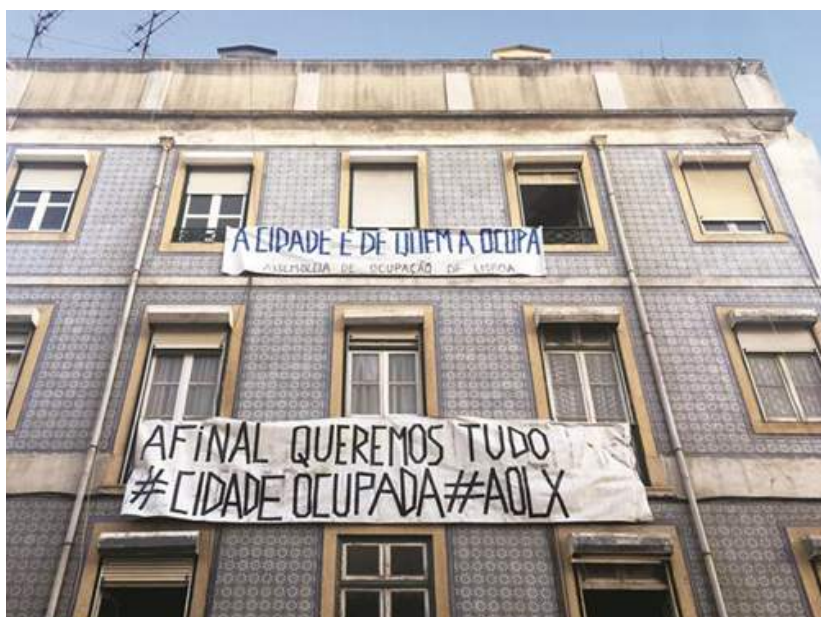
Equacionam a possibilidade de ocupar outros edifícios para o mesmo fim?

Esta ocupação surge como uma resposta a um problema concreto e pretende representar um modo legítimo de reivindicar o direito à habitação e à cidade. No entanto, o projecto da AOLX não se esgota na gestão e dinamização da casa da Rua Marques da Silva em particular. Interessa-nos também fomentar o discurso público de forma a potenciar outros projectos colectivos e autónomos que possibilitem a construção de novos espaços e lugares de experiência comum, quer estes passem pela ocupação ou não.

Têm tido bom feedback dos cidadãos de Lisboa?

Não podemos falar em nome dos cidadãos de Lisboa, mas podemos falar sobre a recepção da vizinhança do bairro de Arroios ao projecto da AOLX. Até à data, foram feitas acções de divulgação do projecto pelo bairro e promovemos três dias abertos na casa, com diversas actividades e momentos de convívio com vizinhos e vizinhas. Em geral, as pessoas mostram-se interessadas e favoráveis. Muitas delas partilham connosco as dificuldades que elas ou familiares sentem em garantir o acesso a uma casa

em Lisboa. Houve até quem manifestasse interesse e disponibilidade para colaborar futuramente com a casa, nomeadamente para dinamizar oficinas de costura, aulas ou explicações, participar nas obras e para partilhar testemunhos sobre a história do bairro. Para além destas acções de divulgação do projecto pelo bairro, foram ainda organizados vários eventos de angariação de dinheiro para as obras da casa. Nesses eventos pudemos sentir que havia de facto pessoas, colectivos e associações com vontade de nos apoiar e de ver esta casa e projecto a crescer.



Fachada do 69 da Rua Marques da Silva

O edifício está em nome da câmara municipal. Já houve algum contacto entre ambas as partes?

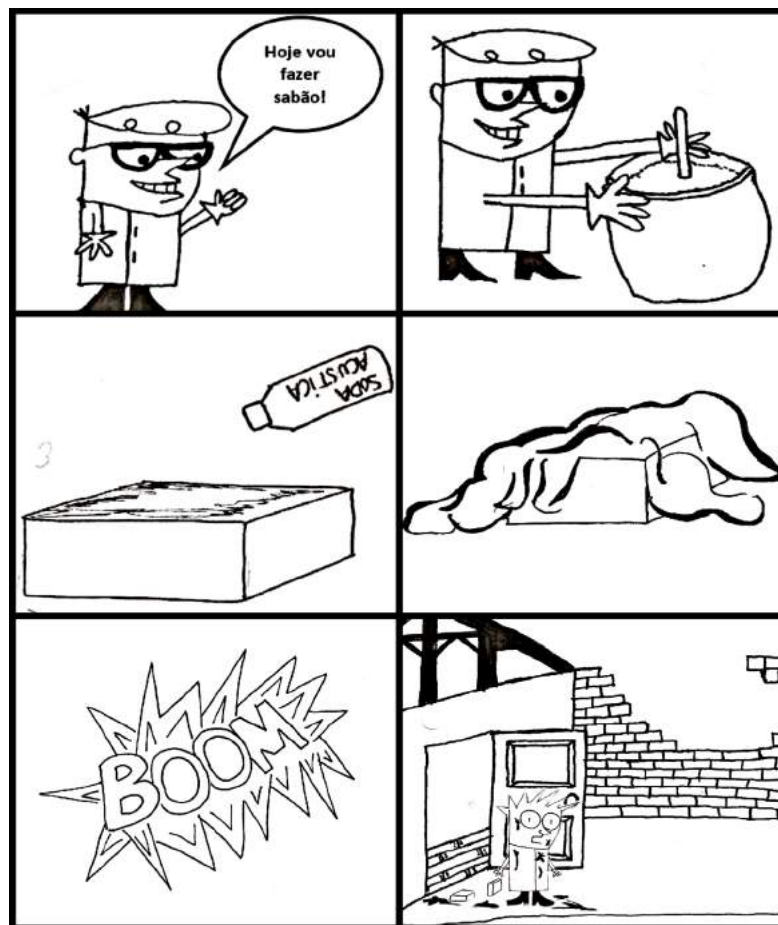
Assim que começou o projecto da AOLX, foram enviadas cartas a diversos órgãos de gestão da cidade de Lisboa, nomeadamente dirigidas à Assembleia Municipal de Lisboa, ao Presidente da Câmara Municipal de Lisboa e à Vereadora da Habitação da Câmara Municipal de Lisboa, dando conta da ocupação do imóvel devoluto. Até à data, para além deste aviso formal, não se desenvolveram mais contactos.

Mais informações em <https://www.facebook.com/assembleiadeocupacaodelisboa/>

* Estes autores não escrevem ao abrigo do novo acordo ortográfico

3						2		7
		5	9					
			6				5	4
7	1					6		
							9	
				2				
				7	3	1		
		4						6

8		3				1		
			9					
							7	4
						9		
								3
2	5							
						7	6	
				4				6
			1					8
				5	2			



Autoria e Desenhos:
Francisco Duque Lemos

Se gostas de escrever, ou tens algo que gostasses de partilhar com os nossos leitores, este é o espaço ideal para isso!

Envia-nos o teu texto, proposta ou sugestão para:

diferencial.ist@gmail.com